

STF PRORROGA PRAZO DA DÍVIDA E ALMG SUSPENDE PLANO FISCAL

Ministro Kassio Nunes Marques aceita pedido e estende data para Minas iniciar pagamento dos débitos com a União. Assembleia interrompe tramitação do RRF

BRUNO NOGUEIRA E ALESSANDRA MELLO

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) suspendeu a tramitação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governador Romeu Zema (Novo), na noite de ontem. A decisão do Legislativo mineiro ocorreu após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques prorrogar o prazo do fim da carência do pagamento da dívida do Estado com a União até o dia 20 de abril de 2024. Inicialmente, os deputados tinham até a próxima quarta-feira, dia 20 para aprovar o pacote econômico e permitir que a dívida de quase R\$ 160 bilhões seja adequada ao orçamento de Minas Gerais. Caso o prazo fosse perdido, o Estado precisaria arcar com uma parcela de R\$ 18 bilhões já em 2024, o que segundo o Palácio Tiradentes poderia comprometer o equilíbrio fiscal e atrasar os salários do funcionalismo público.

No entanto, a decisão de Nunes Marques muda a equação e agora uma proposta alternativa, criada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), passa a ser a principal saída para o débito bilionário, mas ainda está sendo analisada por técnicos do Ministério da Fazenda. A informação de que a tramitação do RRF está suspensa foi compartilhada pelo presidente da ALMG, deputado Tadeu Martins Leite (MDB), que articulou a nova proposta com Pacheco.

"O STF acaba de decidir por dar mais 120 dias ao Estado para analisarmos um caminho que solucione de vez a dívida de cerca de R\$ 160 bilhões com a União. É a vitória do diálogo e da boa política, capitaneada pelo senador Rodrigo Pacheco, sobre o maior problema de Minas Gerais. Agora, vamos utilizar esse novo prazo para construirmos, juntos, uma proposta definitiva a essa histórica dívida do nosso estado", disse o parlamentar.

Desde que o RRF voltou a ser discutido na Assembleia, após quatro anos paralisado por dificuldades políticas de Zema com os deputados, o presidente do Legislativo se manifestou contrário à proposta. Segundo o parlamentar, o plano do governador não seria sustentável ao longo prazo e apenas adiaría o problema, fazendo com que a dívida saltasse para R\$ 210 bilhões no final dos nove anos de vigência da recuperação fiscal.

Ao mesmo tempo, opositores de Zema também fizeram coro contra a proposta, uma vez que não havia garantia de aumento real



GUILHERME DARDANHAN

DEPOIS DE APROVADO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA ALMG, PROJETO DO RRF TEVE SUA TRAMITAÇÃO INTERROMPIDA NA NOITE DE ONTEM

aos salários dos servidores, apenas duas composições inflacionárias até 2032, além de prever a privatização das empresas estatais mineiras. Segundo o líder do bloco de oposição, deputado Ulysses Gomes (PT), a prorrogação do prazo de carência é uma conquista dos movimentos sindicais.

"O STF aceitou o pedido da Assembleia de Minas para prorrogar o prazo da carência da dívida do Estado com a União. Decisão importante e que nos garante mais tempo para fazer o que Zema não faz: viabilizar uma alternativa que solucione, de fato, a dívida de Minas", disse.

O RRF estava pronto para ser votado no plenário da ALMG, em primeiro turno. A expectativa era que o projeto fosse pautado e apreciado pela maioria dos deputados estaduais hoje. O Estado de Minas procurou o governo de Minas Gerais para que houvesse um posicionamento, mas até o fechamento da matéria não houve retorno.

Mais cedo, por meio de nota, Rodrigo Pacheco comemorou o aval da União à prorrogação do prazo. "A União, por meio da Advocacia-Geral da União, acaba de se manifestar concordando com a prorrogação do prazo para o pagamento da dívida do estado de Minas Gerais", afirmou. O presidente do Senado ainda agradeceu a "deferência do governo federal" e disse estar confiante de que o Supremo vai acatar o pedido, que conta com o aval do credor da dívida. Segundo ele, a prorrogação desse prazo vai "permitir que uma alternativa seja discutida como solução do maior problema de Minas, e não o mero adiamento".

ED ALVES/CB/DA-PRESS



"A prorrogação desse prazo vai permitir que uma alternativa seja discutida como solução do maior problema de Minas, e não o mero adiamento"

●●●●
RODRIGO PACHECO (PSD-MG)
Presidente do Senado

NOVA PROPOSTA SE TORNA A PRINCIPAL

A proposta de Pacheco é considerada menos danosa ao funcionalismo público, pois prevê a federalização das empresas Codemig, Copasa e Cemig, com a prioridade de Minas poder requerer a estatização no fim do contrato, cessão dos créditos de Minas Gerais pelos acordos de reparação de Inmadinho e Mariana, uso do valor obtido pelo acordo de compensação pelas perdas da Lei Kandir no abatimento da dívida, e a criação de um Refis para que os estados endividados consigam descontos no pagamento das dívidas públicas.

As medidas foram costuradas em conjunto com o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG) e a ALMG, ao passo em que os deputados manifestaram insatisfação com o plano de Zema, inclusive parlamentares da base de apoio ao governador. "Não vamos aceitar que o governo de Minas empurre o problema para frente, e muito menos que o servidor pague essa conta. Parabéns pela iniciativa, presidente Pacheco, Assembleia de Minas, e governo do presidente Lula, que se dispôs a ajudar", disse Silveira. A proposta foi apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em meados de novembro, quando ambos fizeram críticas ao plano original. Eventualmente, Zema disse concordar com a nova proposta, mas cobrou agilidade dos técnicos da Fazenda Nacional, enquanto Haddad e Pacheco pregam cautela por se tratar de um assunto complexo. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3